



**UNIVERSIDADE FEDERAL
DE SANTA CATARINA**

UFSC NA MÍDIA - CLIPPING



Agcom
Agência de
Comunicação
da UFSC

02 de dezembro de 2016

Decisão sobre aborto repercute em SC / Rio de Janeiro / Descriminalização / Gestações / Brasil / Morte materna / Ministério da Saúde / Óbitos / Gestantes / Risco de morte / Estupro / Anencefalia / Supremo Tribunal Federal / STF / Direito das mulheres / Universidade Federal de Santa Catarina / UFSC / Grazielly Alessandra Baggentoss / Fetus / Conselho Nacional de Justiça / Clair Castilhos / Casa da Mulher Catarina / Frente Nacional pela Legalização do Aborto / Luís Roberto Barroso / Saúde pública / Carmem Delziovo / Magno Malta / Confederação Nacional dos Bispos do Brasil / Criminalização / Saúde / Vida

SUA VIDA DIREITO DAS MULHERES

(41) 3216-2915 Editora: Cris Vieira cristina.vieira@diariocatarinense.com.br

(41) 3216-2915 Editor: Cristian Weiss cristian.weiss@diariocatarinense.com.br

(41) 3216-2915 Editora: Mônica Jorge monica.jorge@diariocatarinense.com.br

DIÁRIO CATARINENSE, SEXTA-FEIRA, 2 DE DEZEMBRO DE 2016 34

Decisão sobre aborto repercute em SC

CASO NO RIO DE JANEIRO onde houve descriminalização da atitude é ao mesmo tempo condenado e comemorado no Estado

GABRIELE DUARTE
gabrielle.duarte@diariocatarinense.com.br

Nos últimos dois anos, 96 mulheres catarinenses morreram após complicações decorrentes de gestações abortadas. A quinta causa de morte materna no Brasil, que segundo o Ministério da Saúde soma 3,3 mil óbitos no mesmo período em todo o país, acontece quando as gestantes tentam interromper a gravidez, mas não se encaixam em algum dos três casos previstos em lei (risco de morte da mãe, estupro e anencefalia) e acabam procurando clínicas clandestinas.

Uma decisão recente do Supremo Tribunal Federal (STF), que não viu crime na prática de aborto realizada durante o primeiro trimestre de gestação em um caso de Duque de Caxias (RJ), pode mudar a jurisprudência e até a legislação sobre esse assunto. O momento é ao mesmo tempo comemorado e condenado em Santa Catarina

Apesar de lembrar que a decisão dos ministros não é vinculativa, ou seja, inicialmente terá efeito somente no caso carioca, a professora que coordena o projeto de pesquisa em Direito das Mulheres na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Grazielly Alessandra Baggentoss, festeja a corrente progressista em vigor no STF, que pode atingir outras esferas.

– Isso ainda não tem efeito geral, mas possivelmente vai ser levado em consideração em outros casos. A tendência é que juízes de primeiro grau também tenham esse entendimento pela descriminalização do aborto – explica.

Para Grazielly, não há surpresa em relação a essa decisão que, para ela, é reflexo de 2008, quando o mesmo STF autorizou o aborto para fetos com má formação cerebral. A expectativa da pesquisadora é de que a regularização da interrupção de gestação nos demais casos no Brasil aconteça aos moldes do reconhecimento da união estável entre pessoas do mesmo sexo, quando o Conselho Nacional de Justiça permitiu as

uniões a partir de uma resolução. – O Judiciário tem se posicionado sobre direitos fundamentais porque isso não é discutido em nosso Poder Legislativo, cujo Congresso Nacional é um dos mais conservadores de todo o mundo – pondera.

COMISSÃO É CRIADA PARA DISCUTIR ASSUNTO

Já Clair Castilhos, presidente-executiva da Casa da Mulher Catarina, que é a primeira entidade feminista do Estado e compõe a Frente Nacional pela Legalização do Aborto, elogia a argumentação do ministro Luís Roberto Barroso. O magistrado da 1ª turma do STF diz que a criminalização viola a autonomia da mulher.

– Os argumentos usados são perfeitos. São todos os que nós mulheres usamos quando defendemos a descriminalização das mulheres e a legalização do aborto. Nenhuma mulher pode ser monitorada, fiscalizada, legislada ou punida por decisões de exclusivo foro íntimo – defende.

Apesar de comemorar, a especialista em Saúde Pública lembra que o movimento feminista precisa permanecer vigilante se quiser avanços em termos de legislação. Ela lembra que as reações já começaram, como por exemplo com a criação de uma comissão específica para discutir o assunto no Congresso.

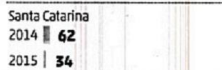
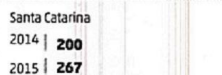
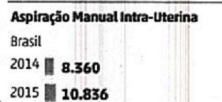
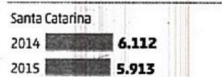
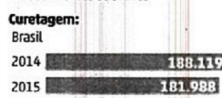
Ciente do entendimento do órgão máximo do Judiciário brasileiro, a coordenadora de Áreas Programáticas da Gerência de Atenção Básica da Secretaria de Saúde de SC, Carmem Delziovo, diz que a partir de agora o aborto tende a ser mais encarado como questão de saúde pública.

– A partir do momento que se tornar lei, o serviço vai ter que se organizar – diz.

Logo após a repercussão no STF, uma equipe popular foi criada no site do Senado Federal. Até a tarde de ontem, mais de 400 mil pessoas já haviam opinado sobre a possibilidade de a

ABORTO NO BRASIL E EM SC

Procedimentos abortivos



Fonte: Ministério da Saúde

TRECHOS DO VOTO DE LUÍS ROBERTO BARROSO



Em verdade, a criminalização confere uma proteção deficiente aos direitos sexuais e reprodutivos, à autonomia, à integridade psíquica e física e à saúde da mulher, com reflexos sobre a igualdade de gênero e impacto desproporcional sobre as mulheres mais pobres. Além disso, criminalizar a mulher que deseja abortar gerará custos sociais e para o sistema de saúde, que decorrem da necessidade de a mulher se submeter a procedimentos inseguros, com aumento da morbidade e da letalidade.

Em temas moralmente divisivos, o papel adequado do Estado não é tomar partido e impor uma visão, mas permitir que as mulheres façam a sua escolha de forma autônoma. O Estado precisa estar do lado de quem deseja ter o filho. O Estado precisa estar do lado de quem não deseja, geralmente porque não pode, ter o filho. Em suma: por ter o dever de estar dos dois lados, o Estado não pode escolher um.

interrupção da gestação até 12 semanas ser oferecida pelo SUS.

Do total de internautas respondentes, 205,2 mil mostraram-se favoráveis, enquanto 192,8 mil dizem ser contrários à proposta que descriminaliza o aborto para a mulher. Enquanto outras consultas públicas haviam mostrado o domínio da rejeição a projetos com conteúdos similares, esse conseguiu alcançar resultado diferente.

Relator da proposta, o senador Magno Malta (PR-ES) já havia informado ser contrário ao teor do texto e disse, em setembro, que deveria entregar seu parecer nesse sentido ainda neste mês. Por ser uma sugestão legislativa, é preciso que o relator sugira que a

proposta passe a tramitar na Casa como projeto de lei.

MAIORIA DOS CATARINENSES É CONTRÁRIA À MEDIDA

Em Santa Catarina, o cenário conservador em relação ao aborto fica evidente. Quase 63% dos catarinenses discordam totalmente da descriminalização do aborto, conforme pesquisa encomendada pelo *Diário Catarinense* em junho, que traçou um perfil do eleitorado catarinense. Na mesma linha, a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil manifestou-se em nota, na qual reafirma a posição da Igreja de “incondicional posição em defe-

sa da vida humana, condenando toda e qualquer tentativa de liberação e descriminalização da prática do aborto.” Os bispos ainda convidam as “comunidades a rezarem e a se manifestarem publicamente em defesa da vida humana, desde a sua concepção.”

Já a nota da ONG Católica pelo Direito de Decidir vai na contramão: “A prática do aborto no Brasil ganha proporções epidêmicas e a criminalização em nada diminui essa prática, ao contrário, reforça uma grande injustiça reprodutiva, que segrega mulheres negras e pobres na busca pelo aborto clandestino, inseguro, com sérias consequências para a saúde e vida.”

Notícias do Dia
Fábio Gadotti

“Gratuito, o aulão”

Gratuito, o aulão / UFSC / Centro de Cultura e Eventos / Pró Universidade



Gratuito, o aulão
Mestres da UFSC será
neste sábado, das 13h
às 18h, no Centro de
Cultura e Eventos da
universidade Inscrições:
prouniversidade.
com.br.

A Notícia
Jefferson Saavedra

“Mais perto do Perini”

Mais perto do Perini / UFSC / Joinville / BR-101



Mais perto do Perini

Ainda há uma série de trâmites a serem vencidos, mas tem até área definida dentro do parque Perini para a construção das instalações da UFSC de Joinville. A construção vai atender às especificações da universidade, que hoje atende a 1,5 mil alunos em salas alugadas no Santo Antônio.

Campus da BR-101

Mas, por enquanto, UFSC e o condomínio industrial nada falam. Se a parceria se confirmar, é praticamente adeus ao campus da BR-101, onde as obras pararam há três anos. A atual direção da universidade falava em retomada por meio de empresa privada que depois exploraria atividades.

Notícias veiculadas em meios impressos, convertidas para o formato digital, com informações e opiniões de responsabilidade dos veículos.

CLIPPING DIGITAL

[**Aulão gratuito para Vestibular da UFSC ocorre em Florianópolis**](#)

[**UFSC divulga relação candidato/vaga dos cursos do Vestibular 2017**](#)